

**MULHERES QUEBRADEIRAS
DE COCO: oralidade e escrita
em conflito**

**BREAKING COCONUT
WOMEN: orality and writing in
conflict**

*Vanda Pantoja (Dra.)**
*Isaias Martins de Melo Junior***
*Daniel Ribeiro Figueiredo****



Imperatriz (MA), v. 2, n. 3, p. 109-119, jul./dez. 2020
ISSN 2675-0805

Recebido em: 08 de setembro 2020
Aprovado em: 22 de outubro 2020

RESUMO

A necessidade de organização em associações pelas quebradeiras de coco da Estrada do Arroz em Imperatriz-MA expõe o conflito entre a linguagem escrita e a linguagem oral manipulada pelos agentes em questão: mulheres extrativistas e empresa capitalista. O objetivo do texto é compreender como ambas as linguagens e seus agentes fazem uso desse dispositivo como elemento de negociação e/ou dominação. A metodologia utilizada combinou diferentes técnicas da etnografia, como as entrevistas formais e informais, conversas, observações, participação em reuniões, além de levantamento bibliográfico. Como suporte teórico, tomou-se o conceito de Poder Simbólico através do uso da linguagem (BOURDIEU, 2007), que relacionado ao contexto vivido das comunidades permitiu a compreensão dos processos de dominação impostos pelos agentes representantes do capital em relação às sujeitas da pesquisa. Como resultado, observa-se o uso linguagem escrita como elemento que se sobrepõe à linguagem oral. Conclui-se, assim, que a manipulação da escrita como poder de dominação sobre os agentes comunitários se acontece em uma relação conflituosa, prevalecendo uma relação de dominação da empresa sobre os comunitários.

Palavras-chave: Amazônia Oriental. Quebradeiras de Coco. Estrutura fundiária. Conflito. Linguagem.

* Professora Dra. Associada I, Universidade Federal do Maranhão, Campus II, vanpantoja@gmail.com; ORCID. <https://orcid.org/000-0022-4741-2155>.

** Acadêmico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, Campus II, Bolsista de Iniciação Científica FAPEMA (2018-2019). Bolsista Foco Acadêmico UFMA (2020-2021). Isaiasjn24@gmail.com; ORCID. <https://orcid.org/0000-0002-2407-689X>.

*** Acadêmico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, Campus II, Bolsista do Foco Acadêmico UFMA (2018-2019). Bolsista de Iniciação Científica UFMA (2019-2020). daniel danribeiro1998@gmail.com; ORCID. <https://orcid.org/0000-0002-8569-7374>.

ABSTRACT

The need for organization in Associations by the coconut breakers of Estrada do Arroz in Imperatriz-MA exposes the conflict between the written language and the oral language manipulated by the agents in question: extractive women and capitalist company. The purpose of the text is to understand how both languages and their agents make use of this device as an element of negotiation and or domination. The methodology used combined different techniques of ethnography, such as formal and informal interviews, conversations, observations, participation in meetings, in addition to bibliographic survey. As a theoretical support, the concept of Symbolic Power was taken through the use of language (BOURDIEU, 2007), which related to the lived context of the communities allowed the understanding of the domination processes imposed by agents representing capital in relation to the subjects of the research. As a result, the use of written language is observed as an element that overlaps oral language. It is concluded, therefore, that the manipulation of writing as a power of domination over community agents occurs in a conflictive relationship, with a relationship of domination of the company over community members.

Keywords: Eastern Amazon. Coco breakers. Land structure. Conflict. Language.

1 Introdução

A instalação da Suzano, aliada à duplicação da Estrada de Ferro Carajás (DEFC), destacam-se como os dois maiores investimentos privados na região a partir de 2010. Privados, mas que contam com empréstimos bilionários do governo brasileiro. Enquanto isso, e paradoxalmente, os investimentos na estruturação das pequenas comunidades rurais é praticamente inexistente. Destaca-se que, apesar das constantes manifestações e resistências populares, os órgãos públicos não ampliaram os investimentos em assentamentos e reservas extrativistas (CASTRO, 2017, p. 75).

O cotidiano dos enfrentamentos travados entre comunidades atingidas por grandes projetos de desenvolvimento e os representantes desses empreendimentos são um dos temas presentes na literatura social da Amazônia como um todo. No entanto, é fato que as pesquisas que dão origem a tal literatura têm propiciado um campo fértil de discussões tanto sobre os problemas causados por tais empreendimentos como sobre os mecanismos de resistência que as populações atingidas por esses empreendimentos têm lançado mão em seu processo de luta. Entretanto, essas pesquisas têm um efeito limitado no que se refere à proposição de mudanças no modo como a ideia de desenvolvimento permanece a alimentar o imaginário social.

A ideia de desenvolvimento continua sendo o argumento central do Estado e das elites econômicas que financiam esse tipo de empreendimento e tem na promessa de geração de emprego o mote central dos mecanismos de convencimento de que as empresas lançam mão na tentativa de convencer as

pessoas atingidas, e a sociedade próxima, de que suas ações são benéficas para aqueles(as) que têm seus territórios invadidos e recursos naturais utilizados em larga escala.

Os enfrentamentos às empresas feitos pelas populações atingidas, apesar de, às vezes, aparecerem como casos isolados, constituem resistência ao modelo econômico que priorizou uma forma de desenvolvimento pautado em lógicas que desconsideram as populações locais, seus saberes e sua história, considerando apenas o capital, e o lucro advindo dele, como valor central, configurando aquilo que Harvey (2004) chamou de capital centrismo.

Além disso, essa lógica que exclui as populações e seus saberes locais, coloca no centro de suas ações as formas de viver pautadas no consumo e, conseqüentemente, no uso intensivo dos recursos naturais para produção de bens que não fazem parte das necessidades básicas das populações locais desviando, assim, o uso dos territórios que, antes pautado no coletivo e voltado para necessidades básicas, se torna privado e voltado para o mercado capitalista.

Na região pesquisada, o Oeste Maranhense, em particular a cidade de Imperatriz, há pesquisas que denunciam os desmandos do capital em nome do desenvolvimento, tais como os trabalhos de Franklin (2005), Santos (2009), Asselin (2009), Pantoja e Pereira (2016;2019) e Castro (2017).

Esta pesquisa foi realizada na cidade de Imperatriz, na região da zona rural do município conhecida como Estrada do Arroz. O objetivo foi compreender como a linguagem escrita e a linguagem oral aparecem nas relações travadas entre mulheres extrativistas de coco babaçu e representantes da empresa Suzano Papel e Celulose nos processos de negociação. A coleta de informações foi feita entre os meses de março e setembro de 2019 e contou com leituras sobre o tema e com a participação em reuniões, entrevistas e conversas informais com as quebradeiras de coco.

O Maranhão tem uma das maiores áreas de babaçuais do Brasil (ARAÚJO, 2015). Grande parte das áreas de babaçu do estado se concentra em Imperatriz, que está localizada no Oeste Maranhense, microrregião de Imperatriz, e foi fundada em 1852. Na zona rural do município, encontra-se a Estrada do Arroz, região que foi ocupada, na década de 1940, por lavradores que migravam em busca de terras para plantar e viver. Desde então, a localidade tem sido ocupada por camponeses que têm o arroz, o feijão, a fava e a mandioca como os principais produtos cultivados, os quais são destinados quase totalmente para o consumo local.

A Construção da Rodovia Belém-Brasília, na década de 1960, foi um marco importante no processo de atração de migrantes e capitalistas para a região de Imperatriz. Esse processo demandou a aquisição de terras, colaborando também para a espoliação das terras de camponeses e indígenas de todo o Oeste Maranhense.

O asfalto facilitou as comunicações e o surto de valorização das terras foi grande, provocando ainda mais a cobiça dos grileiros, que formaram verdadeiras quadrilhas para açambarcar as terras dos índios e dos posseiros dessas regiões (ASSELIN, 2009, p.29).

As terras que foram adquiridas como se estivessem desocupadas estavam há gerações sendo ocupadas por mulheres e homens que viviam de uma combinação de práticas extrativistas, que incluíam a caça, a pesca, a coleta de frutos e sementes e a agricultura familiar como principais estratégias de manutenção econômica. Na região da Estrada do Arroz, a coleta e tratamento do coco babaçu é a principal forma econômica encontrada pelas mulheres para complementar a renda da família.

No ano de 2013, a multinacional Suzano Papel e Celulose inaugurou uma unidade industrial na Estrada do Arroz. A aquisição de terras pela empresa compromete o trabalho das quebradeiras de coco babaçu, pois parte das áreas de babaçuais encontra-se privatizada e o acesso a elas é impedido ou dificultado. A situação vivenciada pelas quebradeiras de Imperatriz não acontece de forma isolada, como comenta Castro (2017), pois faz parte da dinâmica que envolve toda a Amazônia Oriental e as políticas de desenvolvimento propostas pelo Estado para esse amplo território.

Esta região recebe, nas últimas décadas, maior destaque acadêmico e político, pois representa, como classificam Coelho e Monteiro (2007, p.22), uma área de “[...] desestruturação e reestruturação socioespacial e físico ambiental impulsionada pela mineração industrial.” Representação ampliada com o PGC, que destaca-se na história do Brasil entre os programas de desenvolvimento regional de maior “destaque” (CASTRO, 2017, p. 78).

Para entender a estrutura fundiária atual dos campos dos babaçuais das quebradeiras da Estrada do Arroz, é necessário entender os vários processos pelos quais passou a posse da terra na região. O processo de ocupação das terras dos campos estudados aconteceu por volta da década de 1940, quando agricultores vindos de outras regiões do Estado migram em busca de terras livres para plantar. A faixa de terras às margens do rio Tocantins, conhecida como “terras dos frades”, desocupada na época, passou a ser o local de morada de várias famílias que tinham a lida com a terra e o extrativismo, incluído o manejo com o coco babaçu, a caça, a pesca, as feituças de roças e a criação de pequenos animais como suas formas de organização econômica.

Na região, praticou-se também, entre as décadas de 1950 e 1970, o cultivo do arroz que, despachado para Imperatriz nos lombos de mulas e em alguns pequenos carros que conseguiam vencer a enlameada Estrada do Arroz, era exportado para outros municípios e estados. Essa fase, conhecida na historiografia local como ciclo do arroz, foi fundamental para o crescimento da cidade de Imperatriz (MOREIRA, 1997; FRANKLIN, 2005).

Asselin (2009) pontua a intensificação da concentração fundiária nas terras amazônicas do Maranhão na década de 1970. Estas, em sua maioria devolutas, começaram a ser compradas por fazendeiros, se tornando em pouco tempo terras de poucos donos, desfavorecendo, conseqüentemente, as famílias camponesas que produzem seus alimentos por meio da agricultura familiar e do extrativismo. No entanto, no caso da Estrada do Arroz, nessa época, as famílias camponesas permanecem trabalhando na terra, pagando foro ou produzindo como meeiros para os proprietários.

Nesse contexto, os babaçuais foram transformados em pastos para gado e as quebradeiras de coco começaram a sentir as dificuldades para manter a prática da coleta e quebra do coco.

De maneira geral, a história da ocupação dessa região configura-se, pelo menos em parte, como um momento de dissipação das grandes propriedades, no final do século XIX, em pequenas posses (CAMPOS, 2008, p.11). Posteriormente, com base na realidade atual, boa parte dessas terras voltam a um processo de concentração em grandes propriedades rurais (CAMPOS, 2008, p.11 apud SANTOS, 2009, p.88).

A aquisição de terras pela Suzano acirra os processos de expropriação da terra que há muito vinham acontecendo nessa região. A partir da década de 1980, a territorialização de projetos de desenvolvimento financiados pelo Estado e pela iniciativa privada tem colaborado para a modificação da estrutura fundiária da região. No atual contexto, isso tem trazido para as quebradeiras de coco da região, além dos processos de expropriação da terra, uma necessidade nova: a de se organizar politicamente em associações para assim ter acesso aos babaçuais onde coletam o coco.

O PGC - Programa Grande Carajás¹, concretizado na região em 1980, atraiu empresas de vários seguimentos para o local, aumentando assim a demanda por terras, o que ocasionou, por sua vez, a desagregação do modo de vida local, sobretudo, das formas de trabalho.

Em decorrência do PCG, ocorreu o aprofundamento dos problemas fundiários na Estrada do Arroz, intervindo nos modos de organização social das pessoas que moravam/moram no local. Uma das principais modificações está relacionada às quebradeiras de coco, que têm sua economia baseada na quebra do coco babaçu e na lavoura – do coco, manualmente, fazem azeite, mesocarpo e carvão. Além da importância econômica, o coco significa para as quebradeiras um repertório de saberes ligados à memória e ancestralidade, configurando aquilo que Acosta chama de “Bem Viver” (ACOSTA, 2011).

¹ Programa Grande Carajás (PGC) é um projeto de exploração mineral, iniciado nas décadas de 1970 e 1980, nas mais ricas áreas minerais do planeta, pela Vale (antiga CVRD). Estende-se por 900 mil km², uma área que corresponde a um décimo do território brasileiro, que é cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia e engloba regiões do Sudeste do Pará, Norte do Tocantins e Sudoeste do Maranhão. Foi criado pela Empresa Estatal Brasileira Companhia Vale do Rio Doce durante o governo Figueiredo.

De acordo como Ortiz (2012), Bock (2013), Coraggio (2014) e Santos (2014), o conceito de Bem Viver origina-se dos povos andinos, em especial dos Quéchuas (no Equador, cuja expressão na sua língua materna é *suma kawsay*) e Aymarás (na Bolívia, significa um conceito utópico), é uma forma de vida substantiva, esse modo diferenciado de viver está fundamentado em três pilares da convivialidade: viver bem com o outro, natureza e espírito (ALCANTARA.L.C.S; SAMPAIO.C.A.C; FEUSER.S; GRIMM.I.J; JUNIOR.O.M; GARCIA.M, 2017, p. 72).

As negociações para aquisição das terras que seriam posteriormente o local da sede da unidade industrial da Suzano Papel e Celulose começaram no ano de 2008, conforme relatos locais. A partir da chegada da empresa, a organização social do grupo é alterada tendo em vista o acirramento das mudanças na estrutura fundiária local, assim como a inserção de outras formas de organizar a vida, que tinham no desejo do emprego formal o combustível para as promessas de mudança de vida trazidas com o discurso do desenvolvimento.

A quebradeira de coco Benedita² nasceu em 1963 e desde seus 9 anos acompanha a quebra do coco junto com sua mãe. Ela narra a situação em que se encontrava no povoado de São Felix, em 2019, lugar onde as terras são de fazendeiros e da empresa Suzano Papel e Celulose, e pontua as dificuldades que as quebradeiras encontram para continuar seu ofício.

A mudança para o acesso mais fácil para o coco ocorre no ano de 2010, antes era muito difícil para entrar. A gente não podia cortar o pau para fazer o macete³. A gente não podia nada, não podia cavar para fazer o carvão, cortar manga, hoje a gente não pode fazer isso. [...] hoje nós podemos pegar o coco, mas não podemos queimar o coco e nem caçar (Entrevista. Fevereiro, 2019.).

Mesmo ocorrendo esse impedimento de acesso à palmeira, as quebradeiras vão atrás do coco em grupo. Dona Benedita fala como ocorre a busca do coco nas terras privatizadas: “por via das dúvidas, nós só vamos em grupo buscar o coco, não somos doidas de ir sozinha. Vai que aparece o fazendeiro e me encontra sozinha. Não sei o que pode acontecer [...]”.

Mas as dificuldades com o manejo do coco babaçu não se colocam apenas no momento da coleta. Com a inauguração da unidade industrial da Suzano na Estrada do Arroz, em 2013, as mulheres passaram a ter que se relacionar com a empresa, pois esta necessita realizar políticas de mitigação dos efeitos de seu empreendimento e as quebradeiras são um dos seguimentos mais afetados.

² O nome foi alterado para manter o anonimato da pessoa.

³ Macetes feitos artesanalmente pelas quebradeiras com um pedaço de pau e um ferro amolado para quebrar o coco.

⁴ De acordo com o site da empresa (www.suzano.br) desde o ano de 2015, foi adotado pela mesma um novo processo de desenvolvimento territorial participativo, viabilizado por meio dos chamados Conselhos Comunitários, promovendo o envolvimento de atores públicos (autoridades locais), lideranças locais (comunidades) e representantes da iniciativa privada (agentes empresariais), desdobrando uma série de oficinas práticas e discussões que visam à identificação das necessidades, potencialidades, oportunidades de parceria e formas de captação de recursos para viabilização dos projetos e programas.

Contudo, para acessar tais medidas mitigadoras, elas precisam se organizar em associações. Além disso, elas passaram a compor, desde 2014, uma instância deliberativa da qual a empresa faz parte, que é o Conselho das Quebradeiras de Coco da Estrada do Arroz⁴.

2 Linguagem, poder e dominação

O relacionamento entre as quebradeiras de coco babaçu dos povoados de São Felix, Coquelândia e Petrolina da Estrada do Arroz de Imperatriz/MA e os agentes empresariais representantes da Suzano Papel e Celulose sempre foi um grande desafio para as primeiras, visto que sua forma de comunicação é a oralidade e a da empresa é a linguagem escrita. A relação acontece por meio do Conselho das Quebradeiras de Coco.

As mulheres que quebram o coco possuem pouco domínio da escrita formal, bem como poucos conhecimentos jurídicos e de manejo de tecnologias digitais, enfim, de toda linguagem que circunda a comunicação escrita. Sobre essa questão, Castro (2017) ressalta que, na relação entre empresas e comunidades, essa situação tem sido utilizada como instrumento de dominação empresarial. A dominação não é um poder fortalecido somente pelos dominantes (de certo que parte deles), mas é também, entende Bourdieu (1996), algo em constante construção por ambos os agentes:

A dominação não é o efeito direto e simples da ação exercida por um conjunto de agentes (“a classe dominante”) investidos de poderes de coerção, mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram na rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, dominado assim pela estrutura do campo através do qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros (BOURDIEU, 2007, p. 85).

A dominação é fortalecida por meio da linguagem que as empresas adotam, tornando possível a formação do poder simbólico, que, como explica Bourdieu “[...] é, com efeito, esse poder invisível o qual só poder ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2007, p. 7); “[...] é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 9).

Isso caracterizaria que as comunidades envolvidas não possuem autonomia para crer em uma realidade diferente daquela apresentada pela empresa em sua linguagem formal, porque os agentes empresariais, através da promoção de ações sociais com as comunidades e da exposição dessas ações por intermédio de seus funcionários que acessam as comunidades e pelos veículos de mídia, permitem, por sua vez, a efetivação das demandas empresariais nas regiões comunitárias, construindo, desse modo, uma boa imagem da empresa.

O uso do instrumento da linguagem é manipulado pelos agentes empresariais de forma que se inocula a ideia de que a linguagem só deve ser tida e possivelmente entendida no seu uso formal.

[...] Tentar compreender linguisticamente o poder das manifestações linguísticas ou então, buscar na linguagem o princípio da lógica e da eficácia da linguagem institucional, é esquecer que a autoridade de que se reveste a linguagem vem de fora [...] (BOURDIEU, 2008, p. 87, grifo do autor).

Tal como coloca Bourdieu, é um erro tentar entender manifestações linguísticas de um ponto de vista institucional ou mesmo de um princípio lógico. Isso acontece quando a empresa, em meio a negociações e diálogos com os comunitários, dificulta ou ainda não aceita sua oralidade (a qual estes têm como principal meio de comunicação) como uma modalidade de linguagem cabível em seus acordos.

Entretanto, não se pode pensar que os agentes comunitários são, por sua vez, indefesos ou mesmos ignorantes, pois persistem aqui também formas de resistência, nascidas a partir de associações e lideranças instituídas em cada povoado e que defendem seus interesses, participando de reuniões com representantes das empresas, bem como denunciando aos órgãos públicos quaisquer irregularidades observadas ou sofridas. Nesse sentido, tomam-se por um sentimento de grupo e de defesa pela terra em que vivem, por mais que seu discurso oral não seja tão bem elaborado como os dos demais agentes, eles possuem seus mecanismos de enfrentamento, como pontua Gusmão (1995) ao falar sobre estratégias cotidianas de resistência:

As diversas linguagens da vida em comum tornam-se, então, parte das estratégias cotidianas e de resistência; forma de preservar-se e permanecer como grupo e como unidade social diferenciada, cuja identidade ajusta-se continuamente a uma matriz cultural que lhes dá sentido e coerência nas ações do "eu" individual e coletivo, no interior do grupo e fora dele (GUSMÃO, 1995, p. 127).

A fala remete ao uso das linguagens que os comunitários têm consigo e utilizam com os demais dentro do ambiente em que vivem, de forma que assimilam a cultura reconhecendo-a. Além disso, dessa linguagem possibilita o encontro com a identidade coletiva e, conseqüentemente, da resistência, evidenciando assim a região como um espaço singular, onde a vida cotidiana e a produção simbólica se aproximam (GUSMÃO, 1995).

Sob o mesmo ponto de vista, todavia trazendo para a realidade mais focalizada das quebradeiras de coco, esse fortalecimento da resistência acontece quando essas pessoas se organizam também em associações para o debate de seus interesses e para confraternização social, mas não apenas, pois há um forte elemento de coesão e sentimento de pertença, quando as mulheres descem ao babaçual para recolher o coco, passando pela quebra, manufatura e venda do azeite. Isso porque, sendo o primeiro dos processos, a coleta, como

nos foi relatado pela quebradeira Benedita, nunca é feita individualmente, o que fortalece os laços comunitários e tem impedido que o ofício de quebra do coco babaçu se perca.

Assim, entende-se que os comunitários não seriam somente agentes passivos nessa relação, ou seja, aqueles que somente sofrem as ações dos demais sem produzir nenhum tipo de reação. A construção dessa reação por parte das comunidades só não é a mesma das grandes empresas, pois, como já foi relatado, as condições dos agentes não partem de uma posição de simetria de poderes.

Diante de todo esse quadro, no que diz respeito à massiva influência das empresas e à falta que os comunitários sentem de ter suas vozes ouvidas, são colocadas as relações de modos desiguais de um ponto de vista de relevância, especialmente no que diz respeito ao tratamento que cada agente recebe, tanto governamental, na hora de fornecer recursos para as políticas de desenvolvimento, quanto na visibilidade para com o mundo.

[...] Estado e cultura são universos representativos de uma condição de direito que supõe a diversidade do poder e sua prática; a diversidade da lei escrita e da palavra, a diversidade de muitas linguagens. [...] Em confronto, o desafio de pensar em termos de direitos, a possibilidade de unir a legalidade da esfera jurídica à legitimidade da tradição e do costume (GUSMÃO, 1995, p. 131).

Essa contrariedade entre a legitimidade do que se fala e do que se escreve, como explana Gusmão, encaixa-se no cenário dos conflitos entre a empresa as sujeitas interlocutoras da persente pesquisa. Nesse contexto, o desinteresse do Estado com as comunidades é desanimador, pois faz com que estes agentes vejam-se obrigados a aceitar a “ajuda” das grandes empresas em seus povoados, sejam as quebradeiras na construção de unidades básicas para a quebra e trato do coco e associações diretamente ligadas a elas, ou ainda a comunidade como um todo, na infraestrutura das ruas e em outros serviços que deveriam ser providos pelo próprio Estado brasileiro.

O descaso do Estado, atrelado à deslegitimação da linguagem das pessoas cujo territórios são invadidos por grandes empresas multinacionais, acarreta dificuldades de enfrentamento à dominação empresarial. Isso revela o quanto o uso da linguagem carrega consigo formas de poder, sendo o principal deles o simbólico, de modo que as empresas usam do próprio instrumento de diálogo dos comunitários contra eles, limitando-os através da escrita e do uso de linguagem jurídica, erguendo uma barreira na comunicação.

Assim, considerando-se que a terra-território, como um valor de vida e espaço de sentido, é investida pela cultura particular de cada grupo ou sociedade, tornando-se polissêmica, dinâmica e mutável, sabe-se de antemão que a linguagem que lhe é própria não pode ser diferente (GUSMÃO, 1995, p. 132).

Em suma, sendo a terra de vários grupos, englobando múltiplas culturas, não deveria ser então ela entendida de muitas formas? O mesmo acontece com a linguagem: não se limita à escrita ou à linguagem jurídica da lei. Assim, o que os agentes empresariais fazem ao dominar mulheres e homens por meio da língua é negar a diversidade.

3 Considerações finais

Os processos de dominação apresentam diferentes formas. Nesse sentido, nosso objetivo aqui foi mostrar como a linguagem pode ser um elemento de dominação, quando estão em jogo as relações entre empresas e comunidades afetadas por grandes projetos.

As estratégias de resistência das comunidades afetadas por esses projetos também são variadas e se fazem de acordo com as possibilidades de cada grupo.

Na Estrada do Arroz, fazer de parte de um conselho e colaborar com a empresa que se apropria de seus territórios tem sido a maneira encontrada pelas mulheres quebraadeiras de coco de “estar no processo” e, ao seu modo, ter algum controle sobre a situação, nesse caso, pelo menos saber o que está acontecendo. Apesar da assimetria da linguagem, elas sabem dos seus direitos e que não podem ir contra a empresa. Além disso, reconhecem que, no atual contexto, as formas de resistir de que lançam mão se confundem com uma atitude de colaboração com o adversário.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, L.C.S.; SAMPAIO, C.A.C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Revista Desenvolvimento e meio ambiente**, UFPR, v. 40, abr. 2017.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. Cartografia social da região ecológica do babaçu: estratégias e interpretações dos processos sociais atinentes aos babaçuais. In: **Anais da Jornada Internacional de Políticas Públicas – Para além da crise global, experiências e antecipações concretas**, São Luís – MA: Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da UFMA, 2015.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz- MA: Ética, 2009.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Estratégias de Dominação Empresarial e Resistências Comunitárias na Amazônia Maranhense**. 286 f. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

BOURDIEU, Pierrie. **A economia das trocas linguísticas: o que Falar Quer Dizer**. 2. ed., 1ª reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BOURDIEU, Pierrie. **O Poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FERREIRA, J. Flávio. CARLET, Flávia. Colonialidade, subalternidade e narrativas de resistência numa comunidade afro-equatoriana. **Rev. Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 1909-1974, 2017.

FRANKLIN, Adalberto. **Breve história de Imperatriz**. Imperatriz – MA: Ética, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

Documento via internet: GUSMÃO, N. M. M. **Terras de uso comum**: oralidade e escrita em confronto. Salvador, Afro-Ásia (UFBA), v. 16, p.116-132, Nov. 1995.

Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/issue/view/1451>.

Acesso em: 21 de abr. 2019.

MOREIRA, Zequinha. **Simplicio Moreira- Precursor do desenvolvimento de Imperatriz**. Imperatriz -MA: Ética, 1997.

PANTOJA, V.M.L; PEREIRA, J.M. Discurso do desenvolvimento: (in) visibilidade do social, modernidade e progresso em Imperatriz,MA. **Interações**, v. 20, n. 1, p. 79-93, 2019.

SANTOS, Raimundo Lima dos. **O Projeto Grande Carajás e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz-MA**. 192 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás - Faculdade de História, Goiás, 2009.